



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PROCESSO Nº 10865/000.086/92-91

AAP

Sessão de 26 de janeiro de 1993

ACORDÃO Nº 106-05.252

Recurso nº: 73.207 - IRPF - EX: DE 1987

Recorrente: JOSÉ FRANCO ALVES FILHO

Recorrida : DRF EM LIMEIRA - SP

IRPF - CÉDULA "H" - RENDIMENTOS - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - APLICAÇÃO DL Nº 2.303/86 - Não há como negar ao contribuinte o direito ao benefício fiscal instituído no art. 19 do D.L. nº 2.303/86, se a decisão recorrida for fundamentada, apenas, na falta de comprovação da existência, em 31.12.85, dos recursos declarados, visto que o referido diploma legal não estabeleceu tal exigência. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSÉ FRANCO ALVES FILHO

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), em 26 de janeiro de 1993.


MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA COELHO LEAL - PRESIDENTE


MARIO ALBERTINO NUNES

- RELATOR

VISTO EM CARLOS DE SENNA MENDES

- PROCURADOR DA

SESSÃO DE: **25 MAR 1993**

FAZENDA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, JOSEFA MARIA COELHO MARQUES e AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 10865/000.086/92-91

RECURSO Nº: 73.207

ACORDÃO Nº: 106-05.252

RECORRENTE: JOSÉ FRANCO ALVES FILHO

R E L A T Ó R I O

JOSÉ FRANCO ALVES FILHO, já qualificado recorre da decisão da DRF - Limeira - SP, de que foi cientificado em 30.04.92 (fls. 51), através de recurso protocolado em 29.05.92 (fls. 52).

2. Contra o contribuinte foi emitida Notificação (fls. 17), na área do Imposto de Renda Pessoa - Física, relativo ao exercício 1987, Ano-base 1986, por: Acréscimo Patrimonial a Descoberto, por glosa de "Acréscimo Patrimonial a Descoberto (D.L. 2383/86)" (fls. 6).

3. Inconformado, apresenta IMPUGNAÇÃO (fls. 18), rebatendo o lançamento com os seguintes argumentos, conforme leitura que faço em Sessão (fls. 18 a 20).

4. Através de INFORMAÇÃO FISCAL (fls. 43), a Fiscalização rebate os argumentos da defesa, não acatando a interpretação dada ao DL nº 2303/86 pela defesa.

5. A DECISÃO RECORRIDA (fls. 110) mantém integralmente o feito acatando os argumentos da Fiscalização, sendo de destacar

Acórdão nº 106-05.252

os seguintes pontos que levaram a digna Autoridade a quo àquela conclusão (ler fundamentos, fls. 46/51).

6. Regularmente cientificado da decisão, o contribuinte dele recorre, conforme razões de fls. 52 e seguintes, onde reedita os termos da Impugnação, aditando as seguintes razões, conforme leitura que faço em Sessão.

É o relatório. ✓



Acórdão nº 106-05.252

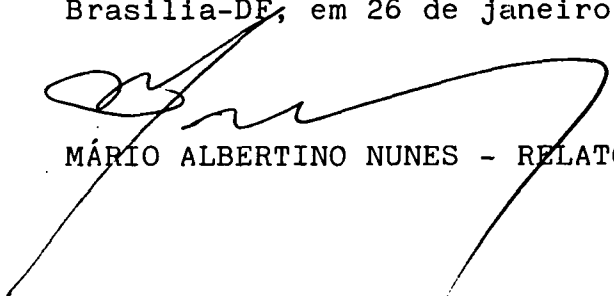
V O T O

Conselheiro MÁRIO ALBERTINO NUNES, Relator:

Por se tratar de matéria idêntica à discutida no Processo nº 10630/000.350/88-73, de interesse de Sze Chung Yig, cujo julgamento pela Excelsa Câmara Superior de Recursos Fiscais resultou no Acórdão CSRF/01-01-160, de 29.08.91, peço vênia para adotar, como razões de decidir, as expendidas no voto da ilustre Relatora e Presidente deste 1º Conselho de Contribuintes, Dra. Mariam Seif, o qual requeiro seja juntado, por cópia.

Por todo o exposto e por tudo mais que consta do processo, conheço do recurso, por tempestivo e apresentado na forma de Lei e, no mérito, dou-lhe provimento.

Brasília-DF, em 26 de janeiro de 1993.


MÁRIO ALBERTINO NUNES - RELATOR